

2010, O ANO OFICIAL D

Agora vai. O ano de 2010 será o Ano da Luta por Isonomia na Caixa. Estão previstas mobilizações em todo o País, contatos e pressão sobre o parlamento, o governo e a Caixa. A primeira das manifestações ocorreu no dia 27 de janeiro quando houve oficialmente o lançamento da campanha *2010, o Ano da Isonomia*.

No dia 11 de dezembro de 2009, o Encontro Estadual de Dirigentes e De-

legados Sindicais da Caixa decidiu por consenso encaminhar em nível nacional a sugestão de se priorizar de fato a luta pela isonomia. Pouco depois, no dia 18, em São Paulo, houve um encontro nacional de dirigentes sindicais da Caixa que decidiu que 2010 será o ano da luta por Isonomia.

A APCEF vem contribuindo para a inclusão do tema em nível nacional. O vice-presidente da Associação, Marcos

Todt, foi o primeiro dos admitidos após as edições das Resoluções nº 9, de 30/05/95, e nº 10, de 08/10/96, do Conselho de Coordenação e Controle das Estatais - CCE/DEST, a participar da Comissão Executiva do Empregados (CEE), responsável pelas negociações com a empresa. Para Todt, a expectativa é de que mais uma vez o Rio Grande do Sul exerça um papel de vanguarda, ajudando a puxar o movimento nacional: "as entidades e os empregados irão pressionar os parlamentares, o gover-

no e a direção da Caixa. Todos sentirão na pele que a isonomia é uma causa que mobiliza".

É importante lembrar que toda mobilização é, sobretudo, um processo didático. Ainda há empregados da Caixa que não sabem bem quais os direitos que os pós-98 não possuem. Uma das tarefas é trabalhar para que todos tenham na ponta da língua as reivindicações para atingir a Isonomia de direitos e benefícios.

O que os empregados "pós-98" ainda não têm

- Licença-Prêmio: 18 dias por ano que o empregado pode gozar ou converter em dinheiro;
- Anuênio, ou Adicional por Tempo de Serviço (ATS): atualmente significa 1% sobre o salário padrão a cada ano trabalhado;
- APIP - na campanha salarial de 2003, foi conquistado o direito de se ausentar do trabalho por cinco dias para tratar de interesse particular; a partir do acordo coletivo de 2004 os dias também podem ser convertidos em dinheiro. Entretanto, esta cláusula deve ser renovada todos os anos pelo acordo coletivo;
- Tíquete na aposentadoria.

O histórico da desigualdade

A distinção entre os funcionários pré e pós-98 nos bancos públicos federais iniciou durante o governo FHC e foi consolidada a partir das Resoluções nº 10, de 30 de maio de 1995, assinada por

José Serra (PSDB/SP), então ministro do Planejamento, e nº 09, de 08 de outubro de 1996, do DEST - Departamento de Coordenação das Empresas Estatais Federais.

Projeto de Lei será retomado em março

Existe um Projeto de Lei (PL 6259/2005) de autoria do deputado Daniel Almeida (PcdoB/BA) e do então deputado Inácio Arruda (PcdoB/CE) que visa a acabar com as diferenças de direitos e benefícios entre os empregados dos bancos públicos federais. Eis o resumo de alguns artigos do PL 6259

-Art. 1º Fica garantida a isonomia

de tratamento entre os empregados que ingressaram por concurso no Banco do Brasil S/A, na Caixa Econômica Federal, no Banco do Nordeste S/A e no Banco da Amazônia S/A, anterior e posteriormente à edição das Resoluções nº 9, de 30/05/95, e nº 10, de 08/10/96, do Conselho de Coordenação e Controle das Estatais - CCE/DEST. Justificação (Resumo)

"Essa situação foi resultado da ausência de uma política de recursos humanos condizente com a realidade do País, permanecendo, ainda, por vezes, a nefasta concepção de administração marcada pelos catastróficos efeitos de uma maneira de gerir de governos anteriores, que proclamavam a necessidade da implementação deste "novo modelo", no qual a contenção de custos

como o de pessoal era um objetivo a ser alcançado, como forma de redução de despesas, para implementação do estado mínimo, em nome da pseudo-lucratividade, em detrimento do País e da sociedade".

"O projeto de lei que ora submetemos à augusta consideração dos senhores parlamentares, busca reparar esta injustiça e mitigar os efeitos desastrosos que tais discriminações e preconceitos vêm provocando entre os bancários federais."

